

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXIII | Nº 1393 | 21/08 a 10/09/2017

► Mobilização

Petroleiros iniciam uma das mais difíceis campanhas reivindicatórias da história



Em um cenário bastante desfavorável à classe trabalhadora, petroleiros dão o pontapé inicial da Campanha Reivindicatória 2017. Defesa do ACT, luta contra a privatização da Petrobrás, recomposição dos efetivos e equacionamento justo do Plano Petros são os pilares da luta da categoria neste ano. Primeira rodada de negociação com a direção da empresa será no dia 14. A palavra de ordem é “nenhum direito a menos!”.

► Pág. 3

► SIX

Ação sindical lembra o aniversário da maior greve na Usina do Xisto



Um Ano da GREVE na Usina do Xisto

01set a 15out 2016 - A resistência dos trabalhadores venceu a truculência dos golpistas

No dia primeiro de setembro de 2016, os petroleiros da SIX paravam suas atividades por causa do autoritarismo da direção da Petrobrás, que, sem qualquer tipo de negociação, tentou impor a redução da jornada de trabalho dos empregados do regime de turno ininterrupto de revezamento de oito para seis horas. O movimento durou 45 dias e mostrou que a resistência dos trabalhadores supera a truculência dos gestores.

► Pág. 2

► Previdência

Petros estende o prazo para o recadastramento dos aposentados

Período para realizar o processo obrigatório foi prorrogado para até 29 de setembro.

► Pág. 4



Parceria oferece produtos saudáveis à categoria

► Pág. 2



Déficit do PPSP: FUP questiona judicialmente a Petros

► Pág. 4

► Usina do Xisto

Maior greve da história da SIX completou um ano

Resistência dos trabalhadores venceu a truculência da empresa

No dia 1º de setembro completou-se um ano do início da mais longa greve já realizada na Usina do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul. Para marcar a data, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina organizou um ato pela manhã, em frente à unidade. Porém, o mau tempo impediu a realização do protesto e a atividade foi convertida em panfletagem.



Ação sindical no aniversário da greve

No dia primeiro de setembro de 2016, os petroleiros da SIX paravam suas atividades por causa do autoritarismo da direção da Petrobrás, que, sem qualquer tipo de negociação, tentou impor a redução da jornada de trabalho dos

empregados do regime de turno ininterrupto de revezamento de oito para seis horas. “A Petrobras, através de um famigerado 'especialista de tabela de turno' da Sede, que certamente não conhece a rotina de trabalho dos petroleiros, simplesmente veio à SIX para trazer a péssima notícia da mudança”, contou Claiton Paulo Ledur, técnico de operação na Usina e dirigente sindical de base.

A greve durou 45 dias, de 01 de setembro a 15 de outubro. A redução geraria graves prejuízos ao convívio social e familiar dos trabalhadores, assim como perdas salariais em decorrência da perda do adicional de Hora Repouso Alimentação (HRA). “A medida teria impacto imediato nas folgas dos trabalhadores, que passariam a ter um final de semana

completo com a família somente nas suas férias, e também a diminuição dos salários em 25%”, afirmou Ledur.

Antes da tentativa de redução, a jornada de oito horas significava um ciclo mensal de 18 dias de trabalho e 12 de folga. A determinação da empresa representaria 24 dias de trabalho e apenas seis dias de folga. “Foi o primeiro ataque do governo golpista e neoliberal contra a classe trabalhadora”, recordou o técnico de segurança e dirigente sindical Michael Berthier.

Enquanto a Petrobrás apostava no enfraquecimento do movimento com o passar do tempo, a cada dia de greve a resistência dos petroleiros da SIX crescia mais e mais. Uma luta difícil e desgastante que foi parar nos tribunais. Mesmo assim, a greve continuava. “O Sindipetro imediatamente tentou abrir uma mesa de negociação para resolver o imbróglio, mas



VITÓRIA Trabalhadores comemoram o acordo conquistado no TRT

encontrou a Petrobrás, no alto de sua empáfia, tentou empurrar a tabela de turno de seis horas goela abaixo, com osso e farinha, fechada para negociações, ou somente negociava impondo condições inaceitáveis pelos trabalhadores”, lembrou Ledur.

Foram 45 dias de luta até que a empresa foi obrigada

a retomar a jornada de turno de oito horas. “Foi uma greve histórica e vitoriosa. A resistência e organização dos petroleiros da Usina do Xisto foi exemplar e temos que ter muito orgulho disso”, concluiu Mário Dal Zot, presidente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina.

Novas ações

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina planeja novas ações para marcar essa greve histórica na Usina do Xisto. Uma delas é a montagem de um painel em mosaico com um desenho que remeta àquele movimento, com data prevista de início para 18 de setembro, bem como outras formas de intervenção até o dia 15 de outubro.



Parceria com empreendimento da economia solidária oferece alimentos saudáveis

Sindicato firmou convênio com a Sinergia Alimentos Saudáveis para disponibilizar à categoria produtos orgânicos e naturais.

Oferecer aos petroleiros de Curitiba e Região produtos alimentícios saudáveis com preço justo. Esse é o resultado da parceria firmada entre o Sindipetro Paraná e Santa Catarina e a Sinergia, uma central de distribuição

de mercadorias de empreendimentos da economia solidária.

Açúcar, arroz, leite, café, macarrão, erva mate, mel, geleias, chás, temperos, melado, cachaça e vinhos são alguns dos produtos disponibilizados à categoria. Todos os itens são orgânicos ou naturais e a maioria é de origem da reforma agrária. “A ideia central é a união dos trabalhadores do campo para alimentar os trabalhadores da cidade”, conta Luis Alves

Pequeno, da Sinergia.

Os produtos podem ser encomendados diretamente com o Luis por telefone, e-mail, Facebook ou Whatsapp (contatos abaixo). Os produtos estarão disponíveis na Sede do Sindicato. Se optar pelo pagamento via depósito bancário ou em dinheiro, a retirada poderá ser feita em qualquer dia da semana, durante o expediente da entidade (seg à sex - 08h00 às 18h00). Acaso prefira pagar em cartão de



Produtos saudáveis a preço justo para a mesa dos petroleiros

débito ou crédito, as encomendas devem ser buscadas na segunda-feira de cada mês, das 09h00

às 12h00, quando um representante da Sinergia estará no Sindipetro.



Sinergia Alimentos Saudáveis

Contato: Luis Alves Pequeno



(41) 9 9711-1316



www.sinergiaas.com.br



contato@sinergiaas.com.br



www.facebook.com/sinergiaas

► **Mobilização**

Campanha Reivindicatória 2017: SÓ A LUTA NOS GARANTE!

Reforma trabalhista e privatização são alvos que a categoria deve combater na Campanha deste ano

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina realizou no dia 19 de agosto um protesto na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, para marcar o lançamento da Campanha Reivindicatória 2017, que deve ser uma das mais difíceis já enfrentadas pela categoria petroleira.

O ato lembrou os quatro pilares da Campanha: a defesa do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a luta contra a privatização e o desmonte da Petrobrás, a recomposição dos efetivos e o equacionamento justo do Plano Petros.

A Campanha Reivindicatória mal começou e já dá sinais do que vem por aí. A Petrobrás informou à FUP que o ACT foi prorrogado até 10 de novembro, véspera da entrada em vigor da reforma trabalhista. Aprovada em tempo recorde no Congresso Nacional e sem debate com as representações de trabalhadores, a reforma protege os patrões, em vez dos empregados, invertendo o conceito básico da legislação trabalhista. Uma das mais cruéis contas que o golpe impõe ao povo brasileiro.

Não à toa, os gestores da Petrobrás já iniciam a Campanha Reivindicatória 2017 com ameaças aos petroleiros, em uma tentativa de pressionar a categoria a correr contra o tempo para

fechar o Acordo a toque de caixa, facilitando o desmonte que Pedro Parente quer fazer no ACT. A primeira rodada de negociação da FUP com a direção da empresa está agendada para o dia 14 de setembro, às 10h00, no Edise (Edifício Sede da Petrobrás no Rio de Janeiro).

O Conselho Deliberativo da FUP aprovou um Termo Aditivo à Pauta de Reivindicações, com salvaguardas para evitar os impactos da contrarreforma e também da lei que libera a terceirização para as atividades-fim. O documento está sendo submetidos às assembleias, que nas bases do Paraná e Santa Catarina serão concluídas no dia 13/09, com debate sobre as estratégias de luta e enfrentamento às privatizações e à retirada de direitos.

Além do Termo Aditivo, as assembleias debaterão e deliberarão sobre o desconto assistencial de 2%, incididos na remuneração dos empregos ativos e aposentados nos meses de outubro, novembro e dezembro, sendo 1% para a FUP e 1% para o Sindipetro PR e SC, bem como sobre a aprovação de assembleia em caráter permanente.

Só a luta nos garante!

A campanha reivindicatória dos petroleiros já se apresenta como uma das mais complexas e desafiadoras da história da categoria. O momento político e econômico que o país atravessa, com a economia em frangalhos, desemprego em massa, graves crises



NENHUM DIREITO A MENOS: manutenção do ACT também é um dos pilares da Campanha

institucionais, é o resultado de um golpe que sangra, dia após dia, os trabalhadores. A conta cada vez fica mais cara e seus financiadores têm pressa. Cobram a toque de caixa as privatizações e as benesses que terão com destruição de direitos e de conquistas sociais. E, em meio a todas as contas do golpe, os petroleiros pagam uma das mais altas. A privatização em curso do Sistema Petrobrás passa, necessariamente, pelo desmonte do Acordo Coletivo.

A tática da empresa, e de todas as negociações que os patrões farão daqui em diante, é ameaçar os empregados. É fundamental que a categoria petroleira se engaje profundamente na campanha reivindicatória. Só a luta garantirá os direitos da categoria. Luta que para ter êxito precisa estar associada à defesa da Petrobrás como empresa integrada, livre das privatizações.

Pauta de Reivindicações ACT 2017/2019

Reajuste Salarial: 100% do ICV/DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 2016 e 31 de agosto de 2017.

Aumento Real: 2,7% a título de ganho real (aumento da produtividade na Petrobrás).

Piso Salarial: valor do salário mínimo necessário, vigente a partir de 1º de Setembro de 2017, calculado pelo DIEESE.

Auxílio-Almoço: valor mensal, acrescentando ao praticado em 31 de agosto de 2017 o percentual equivalente à variação do subitem “alimentação fora de casa”, integrante do cálculo do ICV/DIEESE, apurado entre 1º de setembro de 2016 e 31 de agosto de 2017.

Benefícios Educacionais e Programa Jovem Universitário: reajuste, a partir de 1º de setembro de 2017 e com vigência até 31 de agosto de 2019, as tabelas do Auxílio-Creche/Acompanhante, do Auxílio Ensino (Assistência Pré-Escolar, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Ensino Médio) e do Programa Jovem Universitário, no percentual equivalente à variação do subitem “Educação”, integrante do cálculo do ICV-DIEESE, apurado entre 1º de Setembro de 2016 e 31 de Agosto de 2017.

AMS (Contribuição de Grande Risco e Benefício Farmácia): custeio dos procedimentos de Grande Risco e do Benefício Farmácia a partir de contribuição mensal fixa. Reajuste das tabelas dos dois programas de acordo com o menor índice aplicado nos benefícios dos assistidos do Plano Petros e do Plano Petros 2.

Nenhum Direito a Menos: manutenção de TODAS as demais cláusulas do Acordo Coletivo 2015/2017 da Petrobrás com as devidas garantias de seu fiel cumprimento pela gestão da Companhia.

Termo Aditivo à Pauta de Reivindicações

- (salvaguardas à reforma trabalhista e à lei da terceirização das atividades-fim)
- 1 – Proibição das contratações individuais que estipulem condições de trabalho ou mecanismos de gestão pessoal que estejam em contrariedade ao previsto no ACT.
 - 2 – Não eleição para constituição de comissões de representação de seus empregados, senão mediante regras eleitorais e de funcionamento a serem pactuadas via negociação com FUP e sindicatos.
 - 3 – Proibição da terceirização de trabalho nas funções previstas no PCAC e nem em atividades permanentes.
 - 4 – Proibição de demissão em massa e de rotatividade de pessoal.
 - 5 – Realização das homologações das rescisões de contratos de trabalho nos sindicatos.

Petros

Petros estende o prazo para o recadastramento dos aposentados

Prazo para realizar o processo obrigatório foi prorrogado para até 29 de setembro

A Petros ampliou até o dia 29 de setembro o prazo para recadastramento dos aposentados, que teve início no dia 18 de julho e terminaria na quinta-feira, 31 de agosto. Para os participantes da ativa, o recadastramento permanece até o dia 15 de setembro.

Para atualizar os dados na Fundação, os participantes e assistidos devem acessar o Portal Petros e anexar alguns documentos durante o processo de recadastramento.

Para os dependentes, é exigido documento de identidade, CPF daqueles que tiverem mais de 12 anos, e certidão de óbito, caso algum deles tenha falecido. Já para os próprios participantes, é preciso ter em



mãos documentos pessoais, como identidade, CPF, certidão de casamento ou de união estável ou certidão de casamento com averbação de divórcio.

Para acessar o formulário, o aposentado deve ter a matrícula e a senha Petros - as mesmas usadas para acessar a área restrita do portal.

Pensionistas não precisam fazer o recadastramento

Os pensionistas estão dispensados de fazer o recadastramento neste momento. Depois de receber alguns formulários desse grupo, a Petros identificou que os cadastros não estão sofrendo alterações substanciais. Como as diferenças entre as informações apresentadas pelos pensionistas e as que a Fundação possui em sua base de dados não têm sido significativas, o recadastramento dos pensionistas está suspenso temporariamente.

Desligamento do Convênio Petros/INSS implica na perda da AMS

Entre as causas mais frequentes que levam aposentados a perderem a cobertura da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) está o desligamento do Convênio Petros/INSS.

Em muitos casos, aposentados optam pela saída do Convênio para poderem liberar empréstimos em instituições financeiras, uma vez que já comprometeram toda a margem consignada para os empréstimos pela Petros.

O item "i" da cláusula 93ª do Regulamento da AMS é bastante claro ao relatar que a perda da condição de beneficiário da AMS poderá ocorrer caso "os beneficiários titulares aposentados que solicitarem o desligamento do Convênio Petros/INSS por vontade própria, mesmo que seja para contrair obrigações financeiras (empréstimos consignados à aposentadoria)".

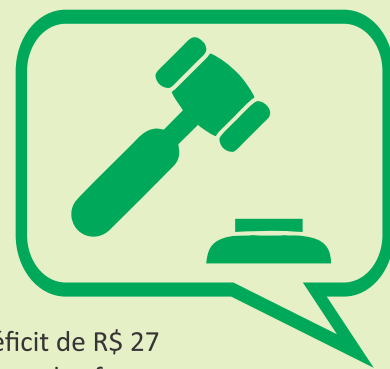
Déficit

FUP questiona a Petros judicialmente

A FUP ingressou, em 01/09, com uma interpelação judicial, questionando a diretoria e o Conselho Deliberativo da Petros sobre o equacionamento do Plano Petros-1, que fechou 2016 com um déficit de R\$ 27 bilhões. A origem e valores dos fatores geradores desse déficit devem ser identificados para que os participantes e assistidos sejam o menos possível impactados na parte da conta que lhes é de responsabilidade. É fundamental, também, que o equacionamento leve em consideração as submassas de repactuados e não repactuados.

A proposta da Petros de equacionamento do PP-1 seria colocada em votação na última sexta-feira, durante a reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Petros, que foi adiada e ainda permanece sem data definida. Nesta segunda-feira, 04, a FUP notificou os diretores e conselheiros da Petros sobre a interpelação, cobrando que se manifestem.

A FUP entende que o plano precisa de novos aportes financeiros e está aberta a negociar o problema, mas os participantes e assistidos não podem ter suas vidas inviabilizadas. Além disso, a sustentabilidade do PP-1 no longo prazo só será garantida se forem resolvidas as questões estruturais.



Espaço da Charge

